



Dirigentes de Federações discutem em Seminário propostas para as Reformas do Governo



As Confederações e Federações de trabalhadores, entidades oficiais da estrutura sindical brasileira, exigem participação nos debates sobre as Reformas do Governo, principalmente a Sindical e Trabalhista. A composição do **Fórum Nacional do Trabalho** não prevê a presença do sistema confederativo o que causou revolta entre os dirigentes.

8 e 9

Filiado da FENAVENPRO no Pará denuncia:

Laboratório EMS-Sigma Farma contrata irregularmente estagiários.

3

“Não vemos motivos para a manutenção de uma taxa de juros tão elevada”

Deputados e Senador do PT apresentam **Propostas de Emenda Constitucional** perversas ao trabalhador

5

Programas do FAT examinados por Grupo Especial criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego

11

Entrevista Exclusiva com a deputada federal **Denise Frossard**, do PSDB, que afirmou: *“Ainda é possível controlar e combater o crime organizado”*.

10



O senador Paulo Paim (PT-RS), comentou com o presidente da FENAVENPRO, Edson Ribeiro Pinto, e o 1º secretário da CNTC, José Carlos Schulte, que o Brasil ocupa a terceira posição entre os países com as maiores taxas de juros do mundo.

3

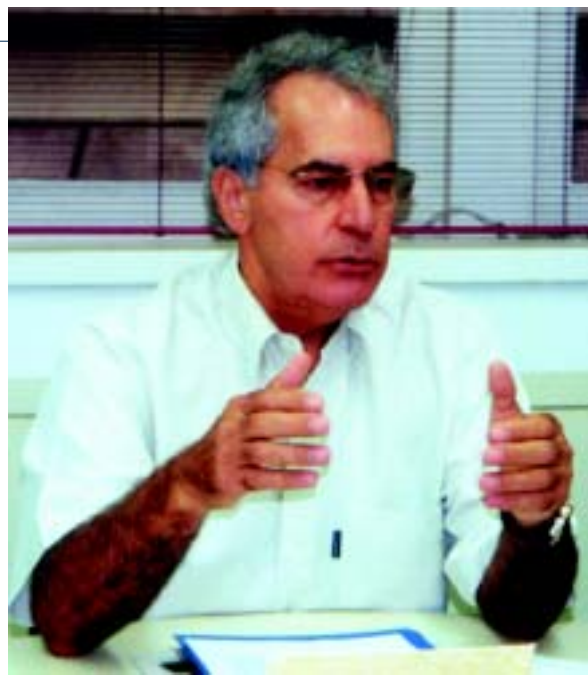
A importância da contribuição sindical compulsória no trabalhismo brasileiro

Em recente publicação de artigo no jornal O Estado de S. Paulo, 25 de março último, o reconhecido especialista em assuntos sindicais, prof. José Pastore, colocou a velha questão: "Todos querem o fim da **contribuição sindical**. A questão é: substituí-la com o quê?"

Seus argumentos (nem contra e nem a favor) suscitam reflexões necessárias a todos que percebem a importância da organização sindical na relação capital-trabalho. Entre os fatos a serem pensados, um deles aponta para a conclusão de que a **contribuição** no Brasil forma um canal de recursos já estável, consolidado, e assimilado pelas categorias de trabalhadores. Buscar sua eliminação é mexer com algo imprevisível e arriscado para o equilíbrio das forças em jogo. O problema parece estar em outra esfera, a de sua utilização econômica eficaz na parcela da destinação sindical, a fim de que não haja corrupção e desvios, o que tem ocorrido, e também que não sucumba às influências políticas no direcionamento da aplicação dos fundos compostos a partir dessa mesma **contribuição**.

Se a face da luta sindical nos tempos atuais não está sendo satisfatória, sem a **contribuição** não

estará melhor, pois sua base econômica será fragilizada, fortemente, fragilizando, também, aqueles que ainda atuam com alguma eficiência. De longo tempo, todos os iniciados na vida sindical sabem das dificuldades em agregar participantes para o empreendimento de campanhas sindicais e suas jornadas reivindicatórias. Como reforço disso, pode-se apontar que só alguns Sindicatos de caracteris-



cas ideológicas e tradicionais são capazes de mobilização dessa natureza. Sobretudo, na fase das atuais concentrações de capital neoliberal globalizado e de desemprego estrutural, o estímulo ao movimento sindical tende a cair face a decrescente oferta de trabalho, cujos sintomas são as altas taxas de desemprego aqui e no mundo. No Brasil dos últimos tempos observam-se algumas mobilizações produzidas por Centrais Sindicais que usam incentivos de

muitas ordens, tais como promessas de emprego, sorteios de prêmios, tudo regado a eventos musicais com artistas reconhecidos, cuja cobertura de custos nem sempre tem sua origem revelada.

Portanto, supor que a supressão da **contribuição** fará emergir uma capacitação inovadora na atividade sindical, reforçando-a, é mera ingenuidade ou má

intenção de interessados que ganhariam com seu fim. Pensar em substituí-la é um exercício mental de difícil solução. Senão, vejamos o que nos diz José Pastore, do qual transcrevemos a parte final de seu artigo, quando aborda alguns exemplos europeus onde não há a compulsoriedade:

"(...) O caso da Espanha é eloquente. Além da contribuição de solidariedade ("*canon de negociacion*"), os Sindicatos recebem subvenções pela participação em órgãos públicos responsáveis pelo seguro-desemprego, aposentadoria e pensões, saúde e segurança e outros; pela prestação de serviços junto a entidades governamentais que cuidam da formação profissional, supervisão da previdência complementar, convênios de saúde etc. Além disso, incrível(!), recebem recursos das empresas: créditos horários para atividade sindical, ajuda às comissões intra-empresariais, atividades educacionais, esportivas, culturais e outras. Aliás, na Europa o recebimento de recursos do governo por participação em colegiados, comissões, comitês e órgãos públicos é generalizado. Na França, por exemplo, os Sindicatos recebem verbas do governo para participar de centenas de colegiados tripartites de níveis local, regional e nacional; contam com verbas das prefeituras e subvenções do Ministério do Trabalho (formação profissional, saúde e segurança); ganham recursos de Ministérios de outras áreas para funções específicas na educação, saúde, agricultura etc.; e recebem subvenções contínuas do primeiro-ministro para o funcionamento do Ires - *Institut de Recherches Économiques et Sociales*". No agregado, tais recursos representam cerca de 40% da receita total dos Sindicatos franceses.(...).

Em resumo: ao acabar com a **contribuição sindical compulsória**, os responsáveis pela reforma sindical terão de propor alternativas de sustentação financeira. Será que o Brasil vai querer adotar os modelos acima citados nos quais os trabalhadores, empresas e governo financiam os Sindicatos? É isso que constitui um sindicalismo "livre e autônomo"? Quanto vai custar para cada parte? Elas estão de acordo?

MULHER

Inaugurado o Disque-Saúde da Mulher

A secretária especial de Políticas para as Mulheres, **Emília Fernandes**, inaugurou, em parceria com o ministro da Saúde, Humberto Costa, o **Disque-Saúde da Mulher**, para ampliar o acesso da população a informações sobre saúde feminina. Além do serviço tirar dúvidas sobre doenças sexualmente transmissíveis e prevenção do câncer de mama e de colo do útero, atuará, também, na orientação de vítimas de violência sexual.

O novo canal de comunicação funcionará gratuitamente e diariamente, das 8h às 18h, e é capaz de receber 2,5 mil chamadas por dia.



Disque-Saúde da Mulher
0800 644-0803

expediente | **Jornal da FENAVENPRO** | Informativo bimestral produzido pela Assessoria de Comunicação

Rua Álvaro Alvim, 21/4º - Cinelândia | CEP 20031-010, RJ/RJ | Tel.: [21] 2220-9499 | Fax: [21] 2262-0401 | www.fenavenpro.org.br | E-mail: fenavenpro@openlink.com.br

Tiragem: 5.000 exemplares | Distribuição gratuita aos 28 Filiaados;Confederações; Federações; autoridades; órgãos governamentais federais, estaduais e municipais e empresas de comunicação.

Diretoria Executiva | Edson Ribeiro Pinto (SP); Carlos Simoni Giacoboni (RS); Ayrton Rodrigues de Almeida (RJ); Reginaldo Allemand Damiano (ES); Olímpio Coutinho Filho (RJ); Luiz Fernando Nunes (RJ); Moisés Silva Leão (GO); Nataniel Vaz Costa (SE); Milton Zschaber de Araújo (MG). **Conselho Fiscal** | José Guimarães Alves (RJ); Álvaro Nascimento Filho (PA); José da Silva Cordeiro (SC).

Jornal da FENAVENPRO | Dir. Responsável: Edson Ribeiro Pinto, Editora: Tania Maria de Oliveira : Reg: 18.138; **Fotos:** Tania Maria/arquivo; **Revisão:** Paulo Pimentel;

Projeto Gráfico: Tathiana Marcelli/ Edit Impress [21] 2567-1761; **Impressão:** Grafitto; *O Jornal da FENAVENPRO não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias assinadas*

Leia esta edição e edições anteriores em www.editimpress.com.br, no link **Jornal da FENAVENPRO**

SINPROFAR denuncia Laboratório EMS – SIGMA PHARMA

Em razão de inúmeras denúncias chegadas ao **SINPROFAR**, dando conta da contratação de somente **estagiários** para desempenhar as atividades de Propagandista, o **Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado do Pará**, através de seu presidente, **Álvaro Nascimento Filho**, formulou denúncia junto à Procuradoria do Trabalho da 8ª Região, contra o **Laboratório EMS – Sigma Pharma**, localizado na Av. Alcindo Cacela, 878, Bairro Umarizal, Belém, para que o Órgão tome as providências legais cabíveis que o caso dispensa.

De acordo com as informações chegadas ao **SINPROFAR**, atualmente o quadro de empregados do Laboratório é composto de apenas cinco empregados efetivos (um auditor e 4 supervisores), sendo que um deles fica baseado na cidade de Manaus, e 18 **estagiários**. Segundo **Nascimento** a prática adotada pela empresa além de restringir o mercado de trabalho deixando de garantir emprego ao profissional da propaganda médica, contraria o que dispõe o Artigo 6º da Constituição Federal e as normas da CLT.

O sindicalista salientou que o **EMS – Sigma Pharma** não está cumprindo o que estabelece a Lei 6494, de 7/12/1977, bem como o Decreto nº 87.497, de 18/08/1982, que dispõe e regulamenta, respectivamente, sobre a contratação de estagiários. **Nascimento** complementou: *“Eles desempenham as atividades de um trabalhador profissional, sem que lhes sejam garantidos de fato os seus direitos trabalhistas”*.

Tendo em vista a atividade desempenhada pelos estagiários ser eminentemente externa, os mesmos somente poderão ser encontrados nas dependências da empresa às sextas-feiras, a partir das 15 horas, ocasião em que ocorrem reuniões semanais com os seus supervisores. ■■■

Preocupado, o presidente do SINPROFAR, comunica a denúncia feita à Procuradoria do Trabalho da 8ª Região, ao presidente da FENAVENTRO.



Senador Paulo Paim (PT-RS)

Falta explicar os juros altos

Ao manter em 26,5% a taxa básica de juros da economia, o Conselho de Política Monetária (Copom) do Banco Central não surpreendeu o chamado mercado, que se alimenta desses juros exorbitantes, mas certamente causou profunda frustração naqueles setores da economia desejosos de verem a retomada do desenvolvimento com suas conseqüências diretas para a sociedade, qual seja o aumento da produção e das oportunidades de emprego.

Com a decisão do comitê, o Brasil se manteve na terceira posição entre os países com as maiores taxas de juros nominais do mundo, atrás apenas da Turquia (42%) e da Venezuela (30%) ao ano.

Segundo o próprio Banco Central, os investimentos diretos estrangeiros foram de US\$ 284 milhões em março último. Esse

volume de investimentos que ingressou no país foi o pior já registrado pelo BC desde março de 1995. Isso sugere que as elevadas taxas de juros embutem um risco igualmente elevado já não representam atrativo até mesmo para o capital estrangeiro.

Nas duas primeiras reuniões já sob o Governo Lula, o Copom puxou para cima a taxa básica de juros. De 25% que recebera do Governo FHC, aumentou para 25,5%. O argumento era de que a inflação se tornara novamente uma ameaça e as taxas de juros eram o melhor remédio para combatê-la.

No mês seguinte, o Copom voltou a elevar a taxa os atuais 26,5%. Desta feita, o argumento era a defesa da economia brasileira contra as possíveis conseqüências da guerra do Iraque. A mudança agora é que a manutenção da taxa foi feita sem viés, o que vale dizer que só poderá ser alterada, pra cima ou para baixo, na próxima reunião do Copom, no final de maio.

O governo Fernando Henrique mantinha as taxas de juros altos para segurar a alta do dólar. Com a cotação da moeda americana abaixo dos três reais, como aconteceu esta semana, esse argumento não existe mais. O argumento de segurar a inflação também não se sustenta, pois ela já deu sinais de queda. E a guerra no Iraque já acabou, com o petróleo em baixa, a tal ponto que a Petrobrás está anunciando uma redução em até 10% dos preços dos combustíveis no mercado interno.

Não vemos motivos para a manutenção de uma taxa de juros tão elevada. Nesse patamar, está paralisando a economia brasileira. A produção está estagnada, o desemprego bate recordes históricos. É preciso que o Copom reveja imediatamente sua política de juros. A economia brasileira não vai sobreviver tendo que pagar essas taxas, pois elas não remuneram nenhum investimento. ■■■



O Jornal **O Estadão** de Porto Velho, numa atitude democrática, tem divulgado matérias do nosso Filiado no Estado de Rondônia, representado pelo seu presidente, **Antonio de Oliveira**. A **FENAVENPRO** agradece pelo espaço tão difícil de ser conquistado em outras mídias do País.



Rondônia agradece: Liderança do Governo no Senado é do Estado

O acordo entre o Governo e o PMDB consolidou-se e o senador **Amir Lando** (RO) foi anunciado líder do governo no Congresso Nacional. Exercer a liderança para o parlamentar rondoniense "é mais um grande desafio" e entre outras missões defenderá programas no Governo Lula no Plenário e nas Comissões da Casa e ajudará nas Reformas já que **Lando** tem trânsito em todos os partidos e boa relação com o Governo.

Além de importante para Rondônia, o cargo abre a possibilidade de um amplo resgate da dívida social do Governo para com o Estado.



Bargas garante a FENAVENPRO: "Fórum Nacional do Trabalho buscará promover o diálogo social"

A FENAVENPRO, em ofício enviado ao presidente da República, **Luiz Inácio Lula da Silva**, assinado pelo diretor **Olimpio Coutinho Filho**, lamentou não ter sido convocada, juntamente com a CNTC e outras Federações e Confederações, a sentar à mesa de negociação com o Governo e as Centrais, para levar as suas propostas e participar do amplo debate nacional das Reformas trabalhistas e sindicais.

Em resposta ao ofício da Federação, o secretário das Relações do Trabalho, **Oswaldo Martins Bargas**, informou "que o Fórum Nacional do Trabalho, que buscará promover o diálogo social, de modo a estabelecer o consenso possível em torno da Reforma Sindical e Trabalhista, terá uma estrutura tripartite e

paritária, formada por representantes dos trabalhadores, empregados e órgão do poder público".

Segundo o documento, os trabalhos serão coordenados por uma Comissão de sistematização e as discussões realizadas em plenárias e reuniões temáticas. O debate terá início por meio da realização, em parceria com as DRTs, de Conferências Estaduais. As propostas surgidas nessas Conferências serão enviadas para a Comissão de sistematização e encaminhadas para discussão nos Grupos Temáticos do Fórum. Desse modo, o FNT estará aberto às contribuições de entidades, das mais diversas regiões do país, que militam na área de Relações do Trabalho.

Conferência Estadual do Trabalho

A Comissão Organizadora da Conferência Estadual do Trabalho do Rio de Janeiro, promoverá de 17 a 19 de setembro do corrente ano, na Delegacia Regional do Trabalho do Estado, encontro com presidentes de Federações, com o objetivo de criar um espaço aberto de debates sobre os problemas contemporâneos do mundo do trabalho. Entre os temas de interesse nacional a serem discutidos destacamos: organização sindical, negociação coletiva, legislação do trabalho, cooperativas, trabalho informal, etc.

■ ■ ■ A FENAVENPRO já confirmou presença. ■ ■ ■

Companheiros, fiquem de olho! Outra PEC destruidora, agora no Senado

Como se não bastasse a PEC 29/03, de autoria dos deputados federais do PT, **Vicentinho (SP)** e **Maurício Rands (PE)**, que altera profundamente o sistema sindical brasileiro, o senador **Simbá Machado (PT-AC)**, suplente da senadora licenciada e atual ministra do Meio Ambiente, **Marina Silva**, apresentou no último dia 29 de maio no Senado, a PEC 40/2003, com os seguintes objetivos: eliminar o sistema confederativo de representação sindical; por fim a unicidade e contribuição sindical; limitar a representação sindical aos associados, eliminando o conceito de categorias. A PEC 40 foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, onde tem como relator o senador **Tasso Jereissati (PSDB-CE)**.

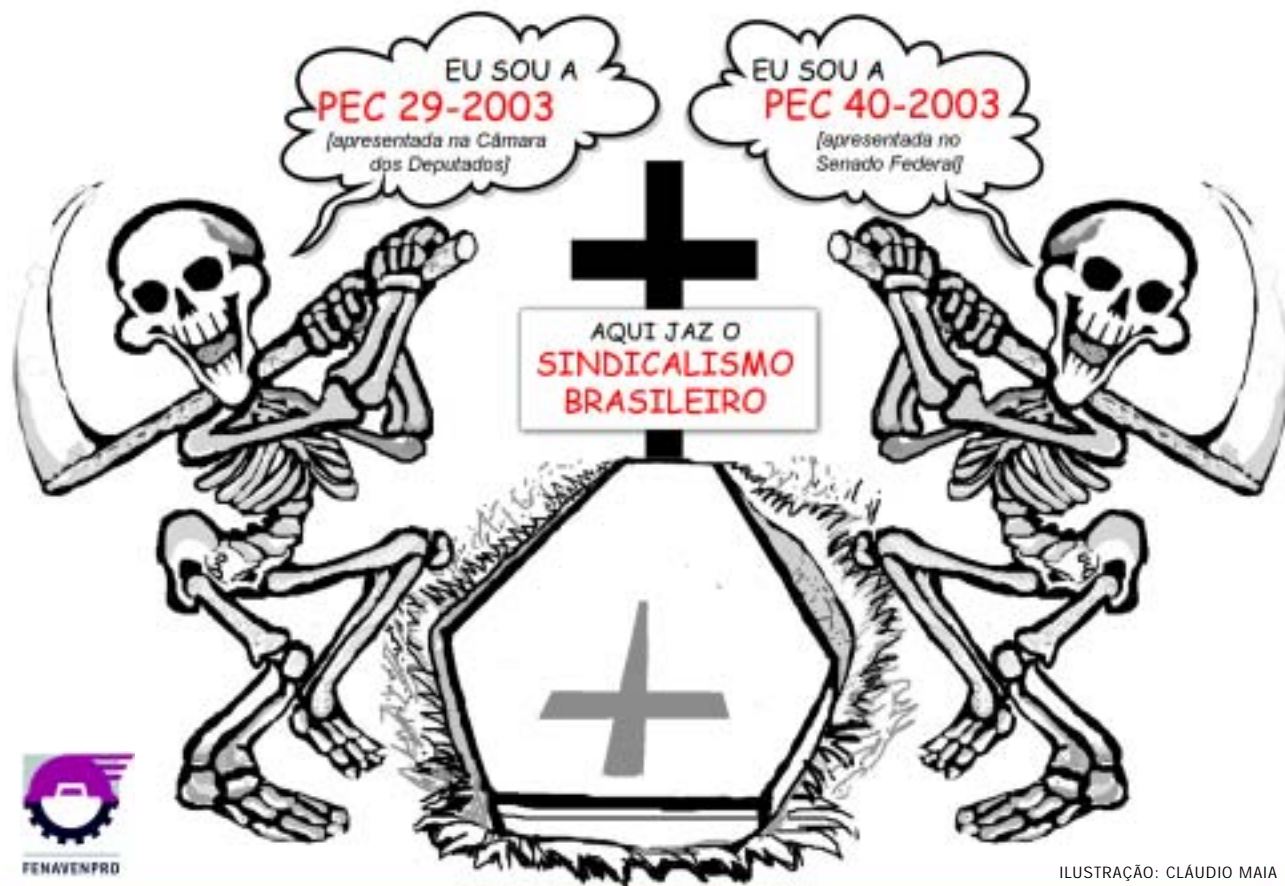


ILUSTRAÇÃO: CLÁUDIO MAIA

Rio de Janeiro

SINPROVERJ conquista 14% para categoria

O Sindicato dos Propagandistas de Produtos Farmacêuticos do Estado do RJ após várias rodadas de negociações com o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado do RJ, conquistou para a categoria entre outros benefícios, reajuste salarial retroativo a 1º de março de 14%. As demais cláusulas sociais permanecem inalteradas.

O presidente do SINPROVERJ, Luiz Fernando Nunes, afirmou: "Trata-se de um bom índice, tendo em vista que outras categorias não conseguiram em seus Acordos, percentual neste padrão".



Informativos de nossos Filiados com novo design

O COMETA (Pernambuco), Jornal do SINPROVERN (Rio Grande do Norte) e PROvive (Minas Gerais), modernizaram o lay-out e atualizaram o conteúdo editorial. Parabéns a equipe!



Jornal Extra do Rio divulgou reajuste



Espírito Santo

PEC 29/03 foi tema de palestra no SEPROVES

Preocupados com a PEC 29/03, de autoria dos deputados federais do PT, Vicentinho e Maurício Rands, que tramita na Câmara dos Deputados, a diretoria do Sindicato dos Propagandistas e Vendedores no Estado do Espírito Santo, convidou o companheiro Coutinho, diretor da FENAVENPRO, para esclarecer a Proposta de Emenda Constitucional aos dirigentes sindicais e traçar estratégias de como enfrentá-la.

No salão da Sede campestre do SEPROVES, no dia 13 de junho, Coutinho ressaltou a importância da mobilização de todos os Filiados da FENAVENPRO em suas bases tanto a nível municipal quanto estadual e acrescentou: "A luta daqui pra frente é maior do que a da PEC 623 porque agora os fundadores da CUT, certamente desejam realizar o seu sonho que é acabar com a organização sindical".

Pernambuco

SINVEPRO reforma Sede administrativa



A Sede do Sindicato dos Vendedores e Propagandistas de Pernambuco ganhou uma nova fachada, mas se manteve fiel ao estilo barroco, atendendo as determinações da Prefeitura da Cidade do Recife. Segundo o presidente do SINVEPRO, João Batista de Souza, a intenção da diretoria do Sindicato é transformar a Sede em ponto de encontro da categoria e adaptá-la às necessidades do novo tempo oferecendo aos associados cursos de idiomas, palestras, etc.

Goiás

SINDVENDAS comemorou 23 anos

A diretoria do SINDVENDAS e associados comemoraram seus 23 anos em alto estilo. Além da presença dos diretores da FENAVENPRO, que realizaram mais uma reunião da entidade, a presença do deputado Leandro Sena (PPS), abrilhantou o evento. Ele apresentou a cópia do projeto apresentado na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, instituindo oficialmente o Dia do Propagandista.

O presidente do SINDVENDAS, Paulo Guardalupe, destacou a presença dos diretores da FENAVENPRO e também do deputado afirmando: "Este encontro veio fortalecer mais a nossa entidade e transmitir confiança a nossa diretoria e a categoria". À esquerda: Edson Pinto e à direita: Leandro Sena.

Rio Grande do Norte

Dia Estadual do Propagandista deverá ser reconhecido no Rio Grande do Norte

O projeto de lei de autoria do deputado estadual, Francisco José (PSB-RN), que institui o 14 de julho (dia da promulgação da lei no 6.224/75), que regulamenta as atividades profissionais do propagandista), como o Dia Estadual do Propagandista, tramita na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte aguardando ser votado no plenário da Casa.

O presidente do SINPROVERN, Moacir M. da Cunha, comentou com o presidente da FENAVENPRO: "Foi graças a participação efetiva do companheiro Assis Oliveira (PFL-RN), ex-diretor do Sindicato e, atualmente vereador, que a nossa categoria enfim terá o reconhecimento que merece."



Minas Gerais

PROPAGAVENDE prestou homenagem ao autor da Lei do Dia Estadual do Propagandista em MG

Os propagandistas mineiros já podem festejar: foi instituído no Estado de Minas Gerais o **Dia Estadual do Propagandista – 14 de julho** – graças a Lei **14.490/02**, de autoria do deputado estadual **Miguel Martini** (PSB). O parlamentar foi homenageado pela categoria e por todos os diretores da **FENAVENPRO**, que se reuniram na Sede Social do **PROPAGAVENDE**, em 23 de maio.

Martini destacou a importância da categoria para o desenvolvimento da medicina e justificou a sua iniciativa: *“Os propagandistas são merecedores de todo o nosso respeito e da homenagem de todos nós”*. O presidente do Sindicato, **Milton Zschaber**, frisou: *“A oficialização do Dia do Propagandista foi digna e justa e representa grande vitória para a nossa categoria”*.



Diretores da FENAVENPRO em frente à Sede do PROPAGAVENDE. À direita, vice-presidente do Sindicato, Joaquim Ribeiro de Souza (camisa azul).



O presidente da FENAVENPRO, Edson Pinto, enalteceu a Lei e elogiou o deputado pela forma como foi conduzido o Projeto.



O deputado Miguel Martini recebeu a Placa de Gratidão do propagandista aposentado, Francisco Bóson. À direita, Milton Zschaber, presidente do PROPAGAVENDE.

Curso de Informática gratuito

O **PROPAGAVENDE**, consciente de que a capacitação profissional é fundamental em um mercado de trabalho competitivo, oferece durante o ano aos seus associados, gratuitamente, cursos de informática ministrados pelo Senac/MG. Os 22 formandos da última turma afirmaram: *“A iniciativa vem proporcionando novas oportunidades de trabalho e ascensão profissional”*.



Presidente do PROPAGAVENDE, Milton Zschaber, entre os representantes do Senac MG, Manoel Carlos Bayão Júnior e o diretor social do Sindicato, Baltazar Botelho.

São Paulo

Palestra reúne lideranças sindicais

Cerca de 50 lideranças sindicais, assistiram a palestra ministrada pelo assessor sindical, **João Guilherme Vargas Neto**, na Sede do **Sindicato dos Empregados Vendedores Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo**, em 13 de maio passado.

Na abertura do evento, o presidente do Sindicato, **Edson Pinto**, abordou a Constituição e o Sindicalismo, a CLT e a Organização Sindical no sistema confederativo e apontou, através de gráficos, quanto as Centrais receberam do Governo, de 2000 a 2002, para qualificação de seus associados.

Vargas Neto afirmou que a discussão prévia das Reformas Trabalhista e Sindical, só vai acontecer de fato, no Fórum Nacional do Trabalho, instituição, segundo ele *“de caráter permanente e com legiti-*

midade”. Para o professor, Centrais sindicais e sistema confederativo, são duas realidades que precisam ser enfrentadas: *“No caso da experiência brasileira, Centrais e Confederações são entidades complementares e não excludentes, mas como essa complementabilidade vai se dar, confesso, não sei”*. Ele lembrou, que a Constituição brasileira de 34, instalou a pluralidade sindical, mas que não funcionou.

Outro desafio na sua opinião é admitir que o movimento sindical apesar de resistir ainda é frágil e aponta algumas de suas fragilidades: *“A dificuldade de mobilização e de ampliação do conjunto de ativistas”*.

Leia o artigo *“Confederações e Centrais nas Reformas”* do professor **Vargas Neto**, na página 11 desta edição.



Edson concordou com Vargas Neto: *“A PEC 29/03 é dos deputados Vicentinho e Maurício Rands, e eles têm todo o direito de lançar Propostas no parlamento, mas não é um engajamento de apoio do Governo”*

14 de julho Dia do Propagandista

A FENAVENPRO parabeniza esta categoria que orgulhosamente representa.



Paraíba

SINVENPRO realizou eleição complementar

O Sindicato dos Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado da Paraíba, realizou eleição complementar para preenchimento dos cargos vagos de diretoria, conselho fiscal e delegados representantes, em 24 de fevereiro passado, com mandato até 31 de outubro de 2005.

Pará

Nova diretoria do SINPROFAR tomou posse

A nova diretoria eleita do **Sindicato dos Propagandistas e Propagandistas-Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Pará** já tomou posse. O presidente do Filiado da FENAVENPRO no Estado do Ceará, **José de J. Damasceno**, representou a entidade na solenidade realizada no cassino dos Oficiais da Aeronáutica da Guarnição de Belém.



O presidente do SINPROFAR, Álvaro Nascimento Filho, aposta na aprovação do projeto, antiga reivindicação da categoria.

Dia Estadual do Propagandista

O projeto de lei nº 51/03, que vai instituir o **Dia Estadual do Propagandista** no Estado do Pará, de autoria do deputado, **Júnior Ferrari** (PTB), já foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa. Em breve, o projeto entrará em votação no plenário da Casa.

As propostas de reformas do governo Lula

Que critérios devem nortear as discussões e as decisões em torno das Reformas propostas pelo Governo Lula? Segundo o presidente da República “elas não visam prejudicar ninguém”, mas os sindicalistas estão preocupados e já se mobilizam. A pergunta mais frequente, onde quer que eles estejam: qual é, verdadeiramente o papel do movimento sindical dos trabalhadores no atual governo?

Com tantas dificuldades e desafios a serem enfrentados nesse novo cenário político a **Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio**, organizou um

Seminário coordenado pelo professor, Júlio Bucar, na sede da entidade em Brasília, nos dias 4 e 5 de junho, onde participaram dirigentes de Federações filiadas, parlamentares, jornalistas, analistas políticos e juristas. Em um amplo e democrático debate, tentaram buscar um consenso mínimo sobre os aspectos positivos das Reformas Previdenciária, Tributária, Trabalhista e Sindical, que trazem no seu bojo profundas modificações em relação aos direitos dos trabalhadores e à organização sindical.

Ao final do evento, foi elaborado um documento com sugestões em relação às propostas de Reformas constitucionais apresentadas pelo governo para a Previdência Social, Legislação Trabalhista e Sindical e Tributária, que chegarão ao conhecimento das autoridades em geral. Foi criada, também, uma Comissão permanente no âmbito da **CNTC**, para estudos e encaminhamento dos temas propostos, bem como das ações e atuações, esclarecimento, mobilização, treinamento, formação e estratégias que servirão de direcionamento e tomada de posição, em particular, aos trabalhadores no comércio em suas bases.

Membros da Comissão permanente:

Antonio Alves de Almeida
José Carlos Perret Schulte
José Augusto da Silva Filho
Ageu Cavalcante Iemos
José Francisco Pereira
Lourival Figueiredo Melo
Juracy Martins dos Santos



Antonio Almeida,
presidente da CNTC

“Acredito que a nossa mobilização é muito importante e através dela todos os Poderes irão nos

ouvir pois a CNTC representa mais de 10 milhões de trabalhadores no País”.

“Os trabalhadores perderam quase tudo e os comerciantes, especificamente, o descanso aos domingos”.

“Este Seminário trouxe conhecimento e vivência das Reformas que serão implantadas no Governo Lula”.

“Agradeço aos nossos palestrantes pela demonstração de sensibilidade as causas dos trabalhadores”.

I Painel: Propostas de Reforma da Previdência Social



Deputado federal
Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)

“As Confederações têm que se unir e juntas buscar o que historicamente foi a consciência das lutas. Cabe aos companheiros voltarem as ruas e combaterem o Lula com as propostas que estão tramitando no Congresso. PEC 29/03, etc.”

“Não me lembro de grande conquista das Centrais”.

“Lula é a terceirização de FHC através do FMI. É lamentável ter que dizer isso”.

“Frase do Lula: “ O Congresso tem 300 picaretas”... E ele já se acertou com todos eles”.

“As Confederações existem. As Centrais são de papel e não de estrutura”.

“O Conselho de Desenvolvimento Econômico é um cartório para garimpar. O prato veio pronto e o Governo tem que aceitar”.

“A coisa é séria. A reforma trabalhista está correndo solta enquanto as discussões estão concentradas nas Reformas Previdenciária e Tributária”.

“Tudo que for alterado na Constituição vai atingir o trabalhador de um modo geral. Uma simples MP pode alterar a lei ordinária”.



Rodrigo da Costa Possas,
vice-presidente de comunicação social da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (ANFIP)**

“A Reforma apresentada na Câmara é um atentado contra a Previdência Social do Brasil. Ela é meramente fiscal, transfere recursos do estado e dos trabalhador para as entidades financeiras”

“A ANFIP aceita discutir uma Reforma Previdenciária voltada para melhorar a situação do trabalhador brasileiro, inclusão social do idoso, término da aposentadoria milionária, aumento de emprego, etc. A PEC 40 não propõe inclusão social”

“A Previdência deve permitir que na hora em que o trabalhador mais precise – velhice, doença, maternidade, etc – tenha recursos que lhe permitam viver dignamente”

“Mais de 40 milhões de brasileiros estão fora do sistema previdenciário”

“A Seguridade Social brasileira é superavitária em 33 bilhões anuais. Basta aplicar os recursos na Saúde, Assistência e Previdência”

“Somos favoráveis à aposentadoria integral para os trabalhadores privados”

“Entendemos que a aposentadoria integral é justa e devia ser acessível a todo trabalhador”



Edson Ribeiro Pinto
presidente da **FENAVENPRO**
e 1º vice-presidente da CNTC

“O sindicalismo brasileiro está na U.T.I.”

“Neste Seminário ouvimos dos especialistas a forma de agir e a importância do sistema confederativo”

“Temos que agir com eficiência e resgatar a nossa CNTC e demais Confederações”

“O trabalho exaustivo da FENAVENPRO e seus Filiados, junto ao Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, no sentido de sensibilizar os parlamentares da importância da estrutura sindical vigente vai continuar”

“É fundamental que o presidente Lula e todas as autoridades envolvidas na Reforma Trabalhista e Sindical recebam o documento aprovado nesta plenária”



Olimpio Coutinho Filho
diretor da **FENAVENPRO**

“Consideramos a PEC 29 um atentado aos trabalhadores brasileiros e uma verdadeira excrecência jurídica”

“Não aceitamos a mutilação do artigo 8º da Constituição federal, que consideramos um atentado a cidadania do trabalhador”

“Podemos assegurar que o fim da contribuição sindical compulsória, como desejam alguns segmentos do governo Lula, 87% dos Sindicatos vão sucumbir”

“O fim conceitual das categorias de trabalhadores e a especificação dos empregados dentro das necessidades de suas categorias, será decretado o caos sindical”

“Somos a favor de que permaneça o modelo atual de contribuição sindical, com o desconto de cada trabalhador para manter a sua entidade”

II Painel: Propostas da Reforma Trabalhista e Sindical



Senador **Paulo Paim** (PT-RS)

“Não podemos, como sugere o Seminário, encaminhar o debate desses temas sob a ótica do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva porque ainda não sabemos o que ele pretende. Mas há razões para ter esperança”.

“Até o momento não fomos convidados para discutir uma vírgula sequer da CLT. Estou na expectativa de receber pelo menos uma minuta”

“Pesquisa de um professor da Universidade de Campinas indica que 40% da arrecadação de impostos federais são destinados a cobrir despesas de juros do governo. Nenhum país agüenta por muito tempo uma situação dessa”

“Questões como a alta taxa de juros me preocupam muito mais do que discutir a nossa organização sindical. Aliás, não a considero tão imperfeita como tantos acusam. Ao contrário, temos uma estrutura sindical tão boa que graças a ela elegemos um sindicalista para a presidência da República. Em que País esse exemplo se repetiu?”

“O debate de hoje mostra que a CNTC está em sintonia com o que pensa a população brasileira sobre a Reforma trabalhista considerada pela população a mais importante de todas”.

“Em minhas caminhadas tenho advertido sobre a necessidade de se ter cuidado com essa onda neoliberal na flexibilização das leis trabalhistas. Segundo a OIT, nos países que flexibilizaram os direitos dos trabalhadores o desemprego aumentou”.

“Uma reforma trabalhista deve perseguir a geração de empregos e, principalmente reduzir a jornada de trabalho para **40 horas** semanais”.

“Precisamos buscar soluções para os problemas que afligem a sociedade brasileira: desemprego, salários baixos, educação de má qualidade, assistência médica precária, segurança, assistência ao idoso, aposentadorias aviltadas, informalidade no mercado de trabalho, ausência de assistência previdenciária para milhões de brasileiros”.

“Estou esperançoso e torcendo muito para que o nosso governo acerte”

“Esse desejo de acabar com a estrutura sindical que está aí dando certo não me convence”



Edésio Passos
advogado trabalhista e
ex-deputado federal

“Não consigo ver onde vai se mexer na Reforma Trabalhista”

“Caminhar para a pluralidade e a organização por empresa poderá representar absoluta fragmentação do sistema e, assim, sua descontinuação”.

“A unicidade sindical é constitucionalmente adotada e qualquer mudança no sistema dependerá de consenso”

“O sistema que está aí é bom porque é o Sindicato que representa o conjunto da categoria e é forte porque tem a sua representação”

“Um sistema que elegeu o presidente da República e vários parlamentares e que agüentou a ditadura não pode ser ruim”

“Terminar com a contribuição sindical de no máximo R\$ 16,00 é uma falácia. Ela faz parte do sistema de representação ampla de categoria, de sócios e não-sócios da entidade sindical e é uma fonte de arrecadação para os Sindicatos”

“O sistema sindical vigente é constitucional. O que precisamos é aperfeiçoá-lo e melhorá-lo”

“Existem 60 milhões de trabalhadores na informalidade sem proteção constitucional e legal. O sistema existe porque interessa aos grandes capitalistas que querem destruir o sistema de trabalho”

“Não se mexe na CLT porque 13º, Convenções e Acordos Coletivos de trabalho são conquistas dos trabalhadores. Queremos a garantia de emprego que está na Constituição”

“O papel para o movimento sindical é de se impor e exigir participação efetiva nos projetos do governo, não ficando na expectativa de ser acionado, mas ao contrário, de ser um agente ativo e definidor das mudanças necessárias”

“O movimento sindical dos empregados e dos empregadores detém um dos sistemas organizativos de melhor formato em nosso País”

“A organização sindical é garantida pela Constituição de 1988 e sua alteração somente será possível com amplo consenso parlamentar”



Altamiro Borges
jornalista e membro do Centro
de Estudos Sindicais (CES)

“A Proposta da reforma ocasionará uma brutal hecatombe nos **11.354 Sindicatos** de trabalhadores existentes no país – segundo o último Censo do IBGE”

“Logo após a vitória eleitoral, João Felício, presidente da CUT, chegou a prever que a atual estrutura estaria com seus dias contados no governo Lula”

“Lula formalizou a sua proposta de criação do Fórum Nacional do Trabalho, uma instância tripartite para encontrar os mecanismos de valorização do trabalho e de fortalecimento dos Sindicatos”

“Na primeira reunião da Comissão sobre Reforma Trabalhista e Sindical do CDES, em 18 de março, a tendência de implodir a atual estrutura sindical foi confirmada e o único consenso positivo dos participantes foi em favor do reconhecimento da personalidade jurídica das Centrais sindicais”

“Mas o petardo mais destrutivo contra a atual estrutura partiu mesmo de dois deputados do PT que ocupam postos-chaves na Comissão Especial de reforma Trabalhista na Câmara Feder4al: a **PEC 29/03**”

“Adeptos das regras liberalizantes da Convenção 87 da OIT, os autores da **PEC 29/03** argumentam na defesa do plurisindicalismo que pode até parecer um libelo à democracia, mas, na verdade ele comporta sérios riscos para a organização dos trabalhadores”.

“A Reforma da estrutura sindical começa a ganhar contornos e sinais de alerta. Tudo indica que uma visão liberal de democracia vai emoldurar esta proposta”.



Antonio Augusto Queiroz
jornalista, analista político
e diretor do DIAP

“O modelo de organização sindical brasileiro é absolutamente positivo. Foi com ele que recuperamos a democracia no país e que os trabalhadores fundaram o maior partido político de massas do país: o PT e com ele que elegemos um presidente da república”

“Destruir ou implodir o sistema sindical vigente na minha opinião, pode prejudicar mais que ajudar os trabalhadores., mas devemos aperfeiçoar as propostas apresentadas até agora”

“O formato do Fórum Nacional do Trabalho, a ser instalado em julho próximo, tudo indica, excluirá as Confederações nacionais de trabalhadores, devendo ser composto pelas Confederações patronais, pelas Centrais sindicais e por representantes do governo”.

“Já se sabe que os mediadores e relatores do Fórum Nacional, de acordo com o formato a ser proposto, serão integrantes do governo, que serão assessorados por técnicos da OIT e do Banco Mundial, segundo antecipou o Ministro do trabalho”.

“Nas relações de trabalho, a tendência será a mitigação da proteção legal, com o enxugamento da CLT e prevalência do negociado sobre o legislado, ainda que com discurso distinto feito no governo FHC”.

“Em outras tentativas, casos da revisão constitucional, no governo Itamar Franco, e da PEC 623, na gestão FHC, os pluralistas não obtiveram êxito, mas desta vez, a investida é pra valer”.

“O setor empresarial e os organismos internacionais estão interessados no fim do direito do trabalho”.

Moção de Desagravo

Tendo em vista a atitude deselegante e desrespeitosa do ministro da Previdência e Assistência Social, **Ricardo Berzoini**, desconhecendo audiência previamente marcada com o 1º vice-presidente do Senado Federal, senador **Paulo Paim**, que iria entregar documento ao Governo com propostas e sugestões à alguns pontos da Reforma da Previdência Social, por iniciativa da **FENAVENPRO**, as lideranças sindicais presentes no Seminário, aprovaram **Moção de Desagravo** em repúdio à postura do ministro e total apoio e solidariedade ao senador, palestrante do Seminário.

por Tania Maria de Oliveira, assessora de comunicação da FENAVENPRO

O primeiro discurso de estréia no plenário da Câmara dos Deputados, da juíza e deputada federal, **Denise Frossard (PSDB-RJ)**, deveria ser amplamente divulgado entre todos os brasileiros. Do alto de sua experiência judiciária, ela nos mostra o fio da meada da trama vil entre o Estado caótico e o crime organizado. Nesta entrevista exclusiva ao **Jornal da FENAVENPRO** a parlamentar explica porque o crime organizado ganhou nova configuração, se há cumplicidade do poder público com a desordem na área de segurança e se a violência no Rio de Janeiro tem solução. Indagada se irá disputar à prefeitura do Rio não descarta a possibilidade e resume: "Com a votação que obtive que me comprometo com a sociedade fluminense, ponho meu nome na berlinda político-eleitoral". Confira:

Em seu primeiro discurso na Câmara como deputada a senhora enfatizou que o crime organizado ganhou nova configuração. Como assim? Minha observação, nesse aspecto, tinha o objetivo de estabelecer comparação entre o início das atividades criminosas organizadas no início dos anos 1980 com a configuração de agora. Naquele época falar em crime organizado era até mesmo razão de chacota. As autoridades de então _ não sei se por ignorância ou interesse escuso _ ironizavam aqueles que alertavam para isso. Um certo grau de envolvimento entre a cúpula do Jogo dos Bichos acabou sendo relevado pelos documentos apreendidos pelo Ministério Público na chamada "Fortaleza do Castor". Aqueles que tinham poder, passaram uma borracha nesse episódio. A história, como se vê agora, não. Ela cobra e a sociedade paga o que, por uma razão ou outra, foi feito lá atrás. A configuração de agora é muito mais grave e ganha a dimensão na expressão que venho empregando: a captura do estado. Há juizes, políticos, polícia envolvidos com os criminosos. Enfim, cooptaram agentes públicos em todos os organismos institucionais. Talvez a melhor imagem para explicitar isso seja a da metástase. Mas ainda é possível de controlar e combater a doença. Basta que o poder público se torne efetivamente agente dos interesses dos cidadãos e não de malfetores.

" Ainda é possível controlar e combater o crime organizado. Basta que o poder público se torne efetivamente agente dos interesses dos cidadãos e não de malfetores".

O poder público é cúmplice de toda essa desordem na área de segurança no País?

Há cumplicidade sim. Não de todos. Mas uma cumplicidade suficiente para provocar isso que você chama com razão de "desordem".

A impunidade favorece o crime?

Eu diria que a impunidade é um dos fatores primordiais de estímulo ao crime. É preciso ter em conta, entretanto, que não basta punir aqueles para os quais a Justiça bate mar-

telo. Se os canais que facilitam e estimulam a corrupção e, por consequência, a impunidade, precisam ser fechados. A máquina administrativa - municipal, estadual e federal - está à mazorca. Mexeram aqui, mexeram ali e desmontaram o que havia sido criado. Ou seja, destruíram o que havia e não ergueram outra edificação. As legislações também precisam ser atualizadas. Num caso e no outro, entretanto, é preciso que as mudanças obedçam a um objetivo, tenham uma lógica de funcionamento. Por enquanto, vivemos aquela situação da comida temperada por muitas mãos: sai salgada ou sai sem sal.

Como a senhora está vendo a violência no Estado do RJ?

Não só vejo mas, também, vivencio. Estamos no ponto de risco máximo. O estado, como já foi confessado pelas autoridades, perdeu o controle da situação. A pressão da sociedade e a incapacidade dos administradores forçaram uma solução no campo do combate violento. Abandonaram a estratégia e o recurso de instrumentos de investigação e inteligência. O conflito é travado no campo escolhido pelos marginais. Nesse campo, onde eles têm o controle tático do terreno, apoio das comunidades - apoio majoritariamente imposto pelo medo - armamento pesado e agem sem submissão a regras, a tendência é a de que eles levem vantagem.

Ela tem solução? Cite algumas alternativas.

É muito difícil vislumbrar o sol numa floresta fechada. Acho que essa imagem pode refletir o sentimento comum do cidadão que vive no Rio de Janeiro. Eu diria que no momento em que, efetivamente, começar a haver uma ação conjunta de forças - município, estado e União - a luta terá entrado no caminho certo. Não há mais como resolver, isoladamente, esse problema. Ele envolve ações integradas da prefeitura, do governo estadual e do governo federal. O que se assiste, no entanto, é um jogo de interesses políticos quando, de vaidades, em que a



sociedade sempre perde. Chega de fanfarrices e confrontos com objetivos políticos eleitorais. A coisa está séria demais!

O secretário de Segurança do Rio, Anthony Garotinho, irá pôr fim de fato, ao caos que se instala no estado?

Eu torceria por isso, se fosse possível. Mas quando o ex-governador se refugia na declaração de que é recém-chegado e pede tempo à população, somos jogados

no descrédito. Ele tem o controle da segurança do estado há mais de quatro anos. E a situação só piorou. Lamento muito ter que dizer isso. Não me regozijo com a afirmação. Seria insano torcer para que ele fracasse por qualquer outro interesse. Não faço e não farei política assim.

Se hoje a senhora fosse a governadora do Rio como combateria esse mal que vem tirando o sono dos cariocas?

A sua pergunta contamina a minha resposta. Como deputada já estou no combate e uso as armas de que disponho. Estou no Congresso articulando e propondo leis que possam ajudar; estou na tribuna fiscalizando as ações do governo como me cabe. Estou aqui, por sugestão sua, expondo minhas opiniões.

É verdade que vai se candidatar à prefeitura do Rio nas próximas eleições?

Entendo que a votação que obtive, que me honra e me compromete com a sociedade fluminense, ponha meu nome na berlinda político-eleitoral. Na pergunta anterior você me fez "candidata a candidata ao governo estadual". Nessa agora, você me faz "candidata a candidata a prefeita". Em quaisquer circunstâncias nós, do PSDB do Rio, vamos participar diretamente com candidatura própria ou não. Não faremos alianças com quem não esboce, clara e objetivamente para a sociedade, um programa de governo apoiado nos compromissos firmes de combate à delinquência, à corrupção e ao crime organizado seja esse organizado por traficantes ou fiscais.

VISITAS EM 10.06.03

Vereador Maranhão (PSB-RJ) é contra PEC 29/03

Em visita ao gabinete do vereador **Ricardo Maranhão (PSB)**, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, os representantes da **FENAVENPRO**, **Edson Ribeiro Pinto** (presidente), **Olimpio Coutinho** (diretor) e **José Guimarães Alves** (Conselho Fiscal) pediram ao parlamentar que sensibilizasse seus colegas de bancada a nível federal quanto a tramitação da **PEC 29/03**, de autoria dos deputados Vicentinho e Maurício Rands, ambos do PT. Os sindicalistas argumentaram que a Proposta é oportunista e só favorece as Centrais e empresários. **Maranhão** mostrou-se solidário e afirmou: "Se a estrutura sindical vigente está dando certo não há porque alterá-la. Sou a favor de que se faça alguns acertos".



"O desafio é grande, mas me dá prazer"

Com este desabafo, o diretor geral do **Instituto Nacional do Câncer (INCA)**, **Jamil Haddad**, recebeu em seu gabinete, centro do Rio, os representantes da **FENAVENPRO**. O objetivo da visita, além de cumprimentar o amigo em sua árdua função, foi pedir que como presidente de honra do PSB, interfira no Governo federal quanto a **PEC 29/03**, se aprovada irá prejudicar o sindicalismo brasileiro e, conseqüentemente, milhares de trabalhadores.



Haddad prometeu apoio aos companheiros e o presidente da **FENAVENPRO**, **Edson Pinto**, agradeceu acrescentando: "O **INCA**, um serviço de referência, só tem a ganhar em tê-lo à frente desta estrutura excepcional".

Confederações e Centrais nas Reformas

É preciso preocupar-se – e muito – com as eventuais Reformas Trabalhista e Sindical. Ambas interessam aos trabalhadores e, portanto, a quem os representam: os dirigentes sindicais.

Na Reforma Trabalhista, trata-se, fundamentalmente, em aperfeiçoar a CLT, avançando aquelas conquistas de interesse dos trabalhadores. A modernização da CLT não pode e não deve ser uma operação de eliminação de direitos, pelo contrário, sua regulamentação a começar dos direitos inscritos no artigo 7º da Constituição, alguns dos quais não foram até hoje regulamentados. Assim, não são corretas as expressões “faxina na CLT” ou “jogar a CLT no lixo”.

Na reforma sindical, devemos afirmar o caráter central da categoria (e até mesmo das “categorias diferenciadas”) na estruturação do movimento sindical dos trabalhadores, segundo a experiência brasileira. É a representação de categoria que impede o pluralismo sindical; se o Sindicato representar apenas os filiados, instaura-se a pluralidade e pulveriza-se o movimento.

Os recursos sindicais, em um país como o nosso em que o trabalho representa apenas um terço do PIB, devem ser oriundos de contribuições compulsórias das categorias e estabelecidas em orçamentos democráticos das entidades. Há um grande problema a ser equacionado e resolvido pelo movimento sindical: trata-se do problema da complementaridade entre Centrais sindicais, que são legítimas e o sistema confederativo, que é constitucional. Este, apoiado na unicidade sindical de categoria (na base), articula-se em Federações e Confederações e é o mais indicado para enfrentar as questões ligadas às categorias específicas e aos grandes ramos.

“Os recursos sindicais, em um país como o nosso em que o trabalho representa apenas um terço do PIB, devem ser oriundos de contribuições compulsórias das categorias e estabelecidas em orçamentos democráticos das entidades”.

Um outro exemplo: orçamentos públicos são preocupações de Centrais, das base são preocupações de Sindicatos, Federações, etc.

É preciso muita legitimidade e unidade de ação para se garantir nas discussões vindouras os consensos sucessivos capazes de articular e implementar as propostas acima mencionadas.



Programas do FAT examinados por Grupo de Trabalho Especial

O secretário de Políticas Públicas de Emprego, **Remígio Todeschini**, respondeu a **FENAVENPRO**, através de ofício, que o Ministério do Trabalho e Emprego na gestão atual, possui como diretriz a ampliação do debate sobre todos os Programas e Políticas de sua responsabilidade. Segundo o documento, todas as propostas enviadas por entidades / organizações, que não estão representadas no **Conselho Deliberativo do FAT**, foram encaminhadas para exame do referido Grupo de Trabalho.

A **FENAVENPRO**, em ofício enviado ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ministro do Trabalho, Jacques Wagner, e Conselho Deliberativo do **Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)**, referente a Resolução do Ministério do Trabalho do Emprego, publicada no DO, de 11 de março do corrente ano, que cria o **Grupo de Trabalho Especial**, (Governo, trabalhadores e empregadores), com o objetivo de elaborar estudos para reformular os programas do **FAT**, cobrou a participação de Federações e Confederações, representantes legítimas dos trabalhadores, junto ao Governo, na discussão de propostas para os respectivos programas.

REPORTAGEM

por Tania Maria de Oliveira, assessora de comunicação da FENAVENPRO



À esquerda: O deputado entre Schulte (CNTC); Olímpio Coutinho (FENAVENPRO); Antonio Almeida (CNTC), Edson Pinto (FENAVENPRO) e Antonio Oliveira (SERVIPROFARO).

No encontro articulado pelo presidente do filiado da **FENAVENPRO**, em Rondônia, **Antonio de Oliveira**, entre lideranças sindicais e o deputado federal **Eduardo Valverde** (PT-RO), realizado na Sede da CNTC, em Brasília, no dia 21 de abril, foi debatida a **PEC 29/03**, de autoria dos deputados federais Vicentinho (PT-SP) e Mauricio Rands (PT-PE) e as graves conseqüências que ela pode causar na estrutura sindical brasileira.

O parlamentar, solidário à preocupação dos sindicalistas com o provável desmonte sindical, manifestou-se a favor de uma discussão mais ampla sobre uma estrutura sindical melhor e como financiá-la, mas para **Valverde** a união de toda a classe trabalhadora é fundamental: “Se o trabalhador não se unir neste momento em que a globalização favoreceu a dispersão sindical a condição de obter sucesso nessa luta será remota”.

O presidente da **FENAVENPRO** e 2º vice da **CNTC**, **Edson R. Pinto**, após um breve relato sobre a história da Federação Nacional e suas propostas como representante legítima de duas categorias diferenciadas, reconheceu que a estrutura sindical precisa de alguns ajustes, mas que a modificação radical proposta por Vicentinho só atende ao grande empresário e esquece o trabalhador. Edson disse ainda que as categorias diferenciadas não podem ser comparadas com os metalúrgicos, por exemplo, e que a democracia é um regime que

propicia a participação de todo o cidadão não importa o tamanho de sua representação. O sindicalista lembrou de uma frase do presidente Lula na Constituinte: “A contribuição sindical deve permanecer para que os Sindicatos de trabalhadores rurais possam sobreviver”.

O 1º secretário da CNTC, José Carlos Schulte, argumentou que as propostas de Vicentinho além de extinguir tudo que possa haver de favorável ao movimento sindical elas vão de encontro ao governo Lula, eleito com a ajuda das categorias que defendem a contribuição sindical. **Valverde** frisou que a questão do imposto sindical não é insuperável já que a própria Constituição Federal permite as categorias estabelecerem a taxa confederativa que tem a força da lei.

O deputado acredita que a contribuição sindical não deva ser extinta de uma hora para outra sem que antes haja um período de adaptação para fortalecer o instrumento coletivo e pediu cautela aos sindicalistas. Sem desmontar o que já existe, **Valverde** é a favor de que cada setor organizado defenda o que lhe atende melhor e procure a forma mais adequada: “O movimento sindical é que estabelece o seu instrumento normativo seja ele por empresa, por ramo de atividade ou categoria, pelo financiamento que pode ser por contribuição sindical ou por caixa assistencial”, finalizou.



Valverde: O permanente diálogo e o debate com a categoria são importantes para o fortalecimento dos Sindicatos.

Frente Parlamentar e de Entidades Sindicais em defesa da Previdência Social Pública

fonte: Jornal da CNTC

A Frente Parlamentar e de Entidades Sindicais em defesa da Previdência Social Pública esteve reunida em Audiência Pública, no Senado Federal, no dia 7 de Maio, com o senador Paulo Paim (PT-RS) e a senadora Heloísa Helena (PT-AL), onde defenderam o aperfeiçoamento da proposta da reforma da Previdência. Durante a reunião o senador Paulo Paim disse que “é preciso discutir emendas à proposta com toda a sociedade”.

Estavam presentes cerca de 200 pessoas, entre deputados, senadores e representantes dos servidores públicos, aposentados e empregados do setor privado, e o secretário geral da CNTC, José Carlos Perret Schulte. Não somos contra a reforma, só entendemos que ela pode ser melhorada por intermédio da negociação - afirmou o senador Paulo Paim. Uma das mudanças defendidas pelo senador é a isenção de taxa de aposentados.



Senador Paulo Paim ao lado da senadora Heloísa Helena, e uma visão do público presente à Audiência pública no Senado Federal

JURÍDICO

por Wilson do Rego Monteiro, assessor jurídico da FENAVENPRO

Normas e vantagens do exercício das Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho

Diante da recusa de qualquer das partes em aceitar as negociações coletivas na Justiça do Trabalho, o caminho é o parágrafo 2º do artigo 114, da Constituição Federal. Nele se estabelece o ajuizamento do dissídio coletivo, o que no momento é mais interessante para as partes que celebram convenções coletivas do trabalho ou acordo coletivo do trabalho, pois a tutela dos dissídios é complicada.

Eis que o que se pode resolver entre as partes, na maioria das vezes, é, pelo crivo do Poder Judiciário, encerrado sem exame do mérito, sem o resultado que se deveria ter, causado por exigências diversas, inclusive o rigor da falta de quorum e observações gerais que dizem respeito ao conteúdo dos “editais de convocação” e a realização de “assembléias gerais”. Nesse caso, leva-se em consideração o que trata o artigo 611 e seus parágrafos da CLT, no tocante às Convenções e Acordos Coletivos do Trabalho. Fora disso, segundo o artigo 7º, inciso XXXVI, da Carta Magna, as Convenções e Acordos são reconhecidos, celebrados entre as partes, em toda a sua plenitude, o que não está arriscado a não ser examinado pelos Tribunais. Contudo, é bom lembrar que os pactos coletivos só alcançam os empregados situados na base territorial de seus Sindicatos e na hipótese de base territorial, e se houver entidades, a de empregados e a de empregador, terão de se situar nas mesmas extensões, sob pena de prevalecer o limite do empregador.

Por meio de uma Convenção ou Acordo, os empregados não podem renunciar direitos adquiridos ou àqueles que derivam de lei. É nulo os atos que prejudiquem os trabalhadores, nem podem retroagir ou modifi-

car o ato jurídico perfeito. Ademais, a jurisprudência e a doutrina têm reconhecido a legitimidade da mudança de uma sentença normativa, resultante de dissídio, se houver por Convenção e se houver Acordo Coletivo, celebrado em data posterior. Ainda, é bom esclarecer que a Convenção tem abrangência maior, reunindo todos os empregados e empresas de um mesmo ramo econômico numa dada base territorial; já os Acordos só abrangendo um Sindicato profissional e uma ou várias empresas.

É de grande relevância o que está no art. 612 da CLT, que trata da deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, obedecendo-se o disposto no Estatuto Social, e além mais o que estipula o dito art. 612 sobre a votação: em primeira convocação, de 2/3 dos interessados, no caso de acordo e, em segunda, de 1/3 dos mesmos. Além disso, o seu parágrafo único regula a segunda convocação das entidades sindicais que tenham mais de 5.000 associados, cujo comparecimento e votação será de 1/8 de associados.

Também, deve-se ter em mira o artigo 613, regulador das normas obrigatórias nas Convenções ou Acordos: Designação dos Sindicatos convenentes ou dos Sindicatos e empresas acordantes; prazo de vigência; categorias ou classes de trabalhadores abrangidas pelos respectivos dispositivos; condições ajustadas para reger as relações individuais de trabalho durante a vigência; normas para a conciliação das divergências surgidas entre os convenentes por motivos da aplicação de seus dispositivos; disposições sobre o processo de sua prorrogação e de revisão total ou parcial de seus dispositivos; direitos e deveres dos empre-

gados e empresas e penalidades para os Sindicatos convenentes, os empregados e as empresas, em caso de violação de seus dispositivos.

Parágrafo Único. As Convenções e Acordos serão celebrados por escrito, sem emendas nem rasuras, em tantas vias quantas forem os Sindicatos convenentes ou as empresas acordantes, além de uma destinada a registro. As disposições enumeradas no artigo citado serão obrigatórias e as outras, serão facultativas. Além das normas obrigacionais do contrato individual do trabalho, alinham as que serão cumpridas, em virtude do que ficou acordado. Os contextos sobre a matéria se regem, também, respectivamente, pelos artigos 615 e 616, da CLT, pedido de prorrogação, revisão total ou parcial de Convenção ou Acordo, sujeitos à aprovação de Assembléia Geral dos Sindicatos, no primeiro mencionado dispositivo; no outro, é específico e é acerca da provocação e recusa à negociação coletiva. Os procedimentos dos entendimentos obedecem aos escalonamentos próprios, entre as partes, com interferência do Ministério do Trabalho e seus órgãos regionais, tornando-se compulsórias essas fases, para efeito de esgotamento das medidas administrativas.

Ante o parágrafo 3º do artigo 616, é elucidado que, havendo Convenção, Acordo ou Sentença Normativa em vigor, o dissídio coletivo deverá ser instaurado dentro de sessenta dias anteriores ao respectivo termo final. Também, a redação dada



ao art. 114 da Constituição Federal preconiza que a Justiça do Trabalho, em dissídios coletivos, não pode conceder senão o mínimo que a lei concede, nada lhe compete além desses limites, o que está confirmado pelo STF. Aqui, vem em prejuízo do trabalhador. Outro fator que deve ser considerado é que na vigência de Acordo, Convenção ou Sentença Normativa, não é abusiva a greve que tenha por objeto o cumprimento de cláusula ou condição, inclusive por fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique, substancialmente, a relação de trabalho, compreendido como a cláusula “*rebus sic stantibus*”.

Por outro lado, nenhuma disposição de contrato individual do trabalho pode ferir normas de Convenção, Acordo Coletivo de Trabalho, sob pena de ser nula de pleno direito, pois as condições mais favoráveis em Convenção favorecerão ao trabalhador. As controvérsias, no caso, serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

Por fim, merece destaque que a contribuição assistencial é devida por todos integrantes da categoria e não simplesmente pelos sindicalizados. É o que diz o Informativo STF 210: “A Turma entendeu que é legítima a cobrança de contribuição assistencial imposta aos empregados, indistintamente, em favor do Sindicato, previsto em Convenções Coletivas de Trabalho, estando os não sindicalizados compelidos a satisfazer a mencionada contribuição”.